

John Manuel Monteiro. *Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo, Cia. das Letras, 1994, 300pp.

Fernanda Peixoto

Doutoranda em Antropologia Social – USP e pesquisadora do Cebrap

O título da obra do historiador e professor de antropologia John Manuel Monteiro, originalmente sua tese de doutorado, não faz jus à riqueza do trabalho. Os índios – negros da terra – e os bandeirantes são protagonistas de uma cena da qual faz parte um número maior de personagens: os jesuítas, os colonos, a Coroa Portuguesa. Ao destrinchar a intrincada rede de relações que articula todos esses atores, o pesquisador constrói um quadro extremamente dinâmico do período colonial paulista. O livro passa a limpo a história social de São Paulo no período de sua formação, tocando em problemas centrais da historiografia colonial brasileira como, por exemplo, o lugar do índio e das economias não-exportadoras nessa fase da história do Brasil. Isso sem falar na leitura arguta que realiza do tão falado, e pouco analisado, mito do bandeirante.

A narrativa, de rara qualidade, convida o leitor a acompanhar as origens, o desenvolvimento e o declínio da escravidão indígena; o árduo processo de transformação do índio em escravo, de escravo em trabalhador “livre”. Ainda no século XVI, em plena época da conquista, somos apresentados à dinâmica interna dos grupos tupi e a seu choque diante da expansão dos portugueses. O processo de dominação portuguesa, embora vitorioso, esteve pautado por ações e reações indígenas muitas vezes contrárias às expectativas dos colonizadores, o que fez com que eles, frequentemente, alterassem estratégias e retardassem planos.

O século XVII inaugura-se, mostra o autor, com a intensa procura por escravos índios para os empreendimentos agrícolas, diante do relativo insucesso português na integração dos nativos e da destruição de várias tribos. A necessidade de mão-de-obra para a exploração da terra serviu, então, de base para o fenômeno do bandeirantismo. “Com certeza, atrás das façanhas destes intrépidos desbravadores (os bandeirantes) esconde-se a envolvente his-

tória dos milhares de índios – os negros da terra – aprisionados pelos sertanistas de São Paulo.” O surto bandeirante, localizado entre 1628 e 1641, resultou na caçada violenta aos índios (incluídas as mulheres e as crianças), que serviriam de sustentação à economia do planalto.

“Do sertão ao povoado, de índio a escravo, foi este o caminho percorrido pela maioria.” Tal caminho é minuciosamente acompanhado pelo pesquisador nos capítulos centrais do volume. A religião, o compradio e a tentativa de enquadramento da população cativa numa categoria étnica padronizada – os “negros”, os “carijós” etc. – foram alguns dos instrumentos utilizados para integrar o índio à sociedade do colonizador. As rebeliões e fugas, por sua vez, os recursos dos escravos para romper o ciclo da dominação. Violência e controle, aliados a discursos paternalistas e posturas protetoras, constituem elementos fundamentais para a caracterização do “caminho percorrido pela maioria”, onde enfrentaram-se senhores e escravos, colonos e índios.

Uma narrativa como esta, marcada por tragédias e violências desde o princípio, não poderia ter um desenlace ameno. O final do século XVII e o século XVIII assistem à difusão da pobreza moral e à concentração de riquezas nas mãos de algumas poucas famílias. A presença de escravos negros nas minas viria a alterar, posteriormente, as bases da sociedade paulista. Mas não o aprofundamento da miséria.

Diante do quadro impecavelmente pintado pelo autor sobre as particularidades de São Paulo na Colônia, fica uma dúvida, mera indagação. O esforço em diferenciar o caso paulista deixa a sensação de que a experiência colonial no planalto foi tão original, tão distinta da ocorrida no resto do país, que seu nexos com o sistema colonial mais amplo teria sido, no mínimo, frágil. Afinal, a mão-de-obra indígena aqui obtida não abastecia os mercados do litoral. A produção de trigo, por sua vez, correspondeu apenas provisoriamente ao surgimento de uma agricultura comercial no planalto. O único elo forte de São Paulo com o resto da sociedade colonial seria, então, a presença do trabalho escravo?

Os jesuítas, aqui propositadamente deixados para o final, têm papel ativo na empresa colonial, atravessando integralmente a intrincada teia de relações compostas por índios, colonos e Coroa Portuguesa. Trazidos pela frota de

Tomé de Souza, os missionários representavam um modo alternativo de conquista e assimilação dos povos nativos, que se concretizou através dos aldeamentos. Os conflitos entre colonos e jesuítas pelo controle e pela integração dos grupos recém-contatados refletem-se na postura ambivalente da Coroa, oscilando entre os interesses dos dois grupos.

O instigante na análise realizada sobre a prática jesuítica é a explicitação da ambigüidade que perpassa a prática e o discurso dos missionários. A tutela e proteção que os religiosos ofereciam significaram, muitas vezes, reação à escravização dos índios, mas também dominação e controle. Vide a desintegração das comunidades indígenas que os aldeamentos e a catequese representaram. A riqueza de dados levantados pela pesquisa deixa no leitor o desejo de uma análise mais detida sobre o papel desses personagens, o que poderia ser feito com o auxílio de trabalhos como o de Alfredo Bosi, *Dialética da colonização* (1992), por exemplo. Mas o aprofundamento desse tópico daria origem a um outro livro.

Os méritos do trabalho realizado por John Manuel Monteiro são, de fato, incontáveis. Com uma monografia precisa e erudita, o autor desloca o foco habitual da maior parte dos estudos sobre a Colônia, que se detiveram, preferencialmente, sobre a escravidão africana e a economia açucareira, lançando luz sobre aspectos novos e regiões pouco estudadas: a escravidão indígena e o planalto paulista. Munidos desses novos dados, somos levados a ampliar nossa compreensão do período colonial brasileiro e a quebrar uma série de lugares-comuns correntes sobre o lugar do índio na história do Brasil.